

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano I - Nº 111 - Brasília, terça-feira, 7 de novembro de 1995



Lúcio Alcântara



Antonio Carlos Magalhães



Romero Jucá



Edison Lobão

Senadores contestam matéria de jornal e cobram explicação

Lúcio Alcântara, Antonio Carlos Magalhães, Romero Jucá e Edison Lobão pedem esclarecimento sobre artigo que consideram injusto e prejudicial à imagem do Senado

Senado manifesta pesar pela morte de Yitzhak Rabin

O Senado aprovou ontem moção de pesar pela morte do primeiro-ministro de Israel, Yitzhak Rabin. O requerimento foi apresentado pelo senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), presidente da Comissão de Relações Exteriores, que classificou o assassinato de Rabin como uma "tragédia que abalou o mundo inteiro".

Para Antonio Carlos, o atentado é fruto de "bárbaro radicalismo". Assim que soube do assassinato, ACM, em nome da Comissão de Relações Exteriores, levou as condolências ao embaixador de Israel no Brasil.

José Roberto Arruda (PSDB-DF) solidarizou-se

com ACM e lembrou a importância da luta que o presidente Fernando Henrique Cardoso tem comandado para incluir o Brasil no Conselho de Segurança da ONU. Magalhães concordou com Arruda e disse que a política externa tem sido o ponto alto do governo FHC, ressaltando o combate ao radicalismo.

Já Romero Jucá (PFL-RR) congratulou o Presidente por ter designado o vice Marco Maciel para representar o Brasil na cerimônia de sepultamento de Yitzhak Rabin. Jucá acrescentou que os esforços de Rabin pela paz terão prosseguimento na pessoa do seu sucessor, Shimon Peres.

Os senadores Lúcio Alcântara (PSDB-CE), Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), Romero Jucá (PFL-RR) e Edison Lobão (PFL-MA) insurgiram-se contra artigo assinado pela jornalista Suely Caldas e publicado no jornal *O Estado de S. Paulo* de domingo sobre os gastos do Senado Federal. Lúcio Alcântara disse que não sabe de onde a jornalista tirou aqueles números e que, por isso, seria da maior importância que o Senado procurasse explicações para o fato.

Indignado com o que considerava uma injustiça do jornal, Antonio Carlos Magalhães disse que em poucas legislaturas o Senado trabalhou tanto e tão eficazmente como agora. Lembrou que a instituição esgotou toda a matéria que aguardava votação no início do ano e que continua cumprindo normalmente sua pauta de trabalhos. "É muito mais fácil criticar o Legislativo que o Executivo", afirmou, referindo-se a benesses que jornais recebem do governo.

Disse também que a passividade de não responder a denúncias infundadas resulta na possibilidade de que elas sejam repetidas. "Sempre rebato acusações, custe o que custar", disse.

Junto com Lúcio Alcântara e Romero Jucá, Antonio Carlos Magalhães pediu que a Mesa Diretora da Casa promova os esclarecimentos necessários sobre a matéria, que, na opinião de todos eles, não representa a realidade. "É importante para nossa imagem que essa questão fique esclarecida o quanto antes", disse Jucá.

Presidindo a Mesa, o senador Edison Lobão (PFL-MA) anunciou que providências já tinham sido tomadas e que o secretário de Comunicação Social do Senado procuraria um esclarecimento junto ao jornal. Ele lembrou que, só este ano, o Senado já votou quatro emendas constitucionais.

Levantamento comprova que somente em outubro 45 matérias foram apreciadas pela Casa. No total, foram 150 matérias submetidas ao plenário no segundo semestre deste ano e 488 desde o início do ano. A nova Lei de Diretrizes e Bases para a Educação, maior rigor contra o tráfico de influência, planejamento familiar, contribuição para a saúde, fim do monopólio do petróleo, parcelamento das dívidas com a Previdência e normas para a exportação de bens sensíveis foram alguns dos temas apreciados em outubro.

NESTA EDIÇÃO

Defesa do Nordeste une senadores

Página 4

Comissões debatem com três ministros

Página 3

Senado vota amanhã emendas do petróleo e da saúde

Propostas da reforma constitucional do governo e indicações de embaixadores e ministros do Tribunal Superior do Trabalho estão na pauta do plenário neste início de semana

O Senado deverá votar amanhã em segundo turno a proposta de emenda constitucional de iniciativa do governo que flexibiliza o monopólio estatal do petróleo. Na mesma sessão, os senadores votarão, também em segundo turno, a proposta de emenda de autoria do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)

que dispõe sobre a contribuição social para o financiamento das ações e serviços de saúde, nos termos de substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça do Senado (CCJ).

Ainda na sessão de amanhã, serão colocadas em votação as indicações dos nomes dos diplomatas Paulo Cardoso de Oliveira

Pires do Rio e Sérgio Paulo Rouanet para ocuparem, respectivamente, os cargos de embaixador do Brasil junto às Repúblicas Italiana e Tcheca. As indicações têm pareceres favoráveis da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado.

Também serão votadas na

mesma sessão as indicações de Nelson Antônio Daiha para ocupar o cargo de ministro classista do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e de Luiz Malheiros Tourinho para o cargo de suplente de ministro classista temporário dessa Corte, ambos como representantes dos empregadores.

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Senador José Sarney

10h30 - Recebe o ministro das Comunicações, Sérgio Motta.

11h - Recebe o senador José Fogaça e o professor Antônio Meneghetti.

11h30 - Recebe os deputados Aloísio Ferreira e Saulo Queiroz.

14h30 - Preside a Sessão Ordinária do Senado.

PLENÁRIO

14h30 - Sessão Ordinária do Senado

Pauta: Diversos requerimentos solicitando a inclusão de projetos na Ordem do Dia.

COMISSÕES

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Diversas matérias, destacando-se: "Projeto de Resolução nº 94/95 (não terminativo), que veda as operações de crédito da União, de suas autarquias, inclusive Banco Central do Brasil, e demais entidades controladas pelo poder público federal que impliquem a assunção de dívidas de instituições financeiras públicas e privadas; "PLS nº 128/95 (não terminativo), que fixa o Programa de Habitação para Populações de Baixa Renda, fixa contribuições sociais para o mesmo, e dá outras providências; e "PLS nº 142/95 (terminativo), que cria o Programa de Estímulo ao Primeiro Emprego - PEPE, e dá outras providências (tramitando em conjunto com o "PLS nº 143/95 (terminativo), que concede incentivo tributário ao empregador participante do Programa de Estímulo ao Primeiro Emprego - PEPE, e dá outras providências. Local: Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.164/95, que dispõe sobre o crédito rural, e dá outras providências.

Pauta: Instalação, eleição do presidente, do vice-presidente e escolha do relator. Local: Sala 04 - Ala Senador Nilo Coelho.

10h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.162/95, que altera a Lei nº 8.031/90, e dá outras providências.

Pauta: Instalação, eleição do presidente, do vice-presidente e escolha do relator. Local: Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h30 - Comissão Especial da Reforma Política-Partidária

Pauta: Exposição do ministro da Justiça, Nelson Jobim. Local: Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h30 - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.161/95, que organiza e disciplina os sistemas de controle interno e planejamento e de orçamento do Poder Executivo, e dá outras providências.

Pauta: Instalação, eleição do presidente, do vice-presidente e escolha do relator. Local: Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa.

14h30 - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.152/95, que altera as Leis nºs 8.019/90 e 8.212/91, e dá outras providências.

Pauta: Instalação, eleição do presidente, do vice-presidente e escolha do relator. Local: Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa.

15h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.158/95, que dispõe sobre o pagamento dos servidores civis e militares do Poder Executivo Federal, inclusive suas autarquias e fundações, bem como dos empregados das empresas públicas e

das sociedades de economia mista, e dá outras providências.

Pauta: Instalação, eleição do presidente, do vice-presidente e escolha do relator. Local: Sala 04 - Ala Senador Nilo Coelho.

17h - Comissão de Fiscalização e Controle

Pauta: Diversas matérias, destacando-se: "Requerimentos do senador Gilberto Miranda, solicitando sejam convidados para prestarem esclarecimentos, individualmente, à comissão os presidentes das empresas montadoras de veículos automotores, o presidente da Anfavea e o secretário da Receita Federal, acerca das declarações do ex-ministro Ciro Gomes, prestadas ao "Jornal do Brasil", em 27.02.95, na Seção "Negócios e Finanças", página 6, sob o título "Ciro diz que montadora dribla IR". Solicita, igualmente, que o secretário da Receita Federal remeta a esta comissão, antes do seu depoimento, a relação dos impostos pagos, nos últimos cinco anos, indicando nominalmente as respectivas empresas montadoras; e solicitando, no âmbito da Subcomissão Permanente - setor de telecomunicações, seja convocado o presidente da Companhia Telefônica da Borda do Campo (CTBC) para prestar, perante este órgão colegiado, informações acerca do Plano de Expansão de Telefonia na modalidade P.C.T. (Planta Comunitária de Telefonia). Local: Sala 06 - Ala Senador Nilo Coelho.

17h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.156/95 (reedição da MP nº 1.119/95), que dispõe sobre o valor total anual das mensalidades escolares, e dá outras providências.

Pauta: Instalação, eleição do presidente, do vice-presidente e escolha do relator. Local: Sala 06 - Ala Senador Nilo Coelho.

17h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.160/95, que altera a redação de dispositivos das Leis nºs 8.112/90 e 8.911/94, para instituir os décimos incorporados, e dá outras providências.

Pauta: Instalação, eleição do presidente, do vice-presidente e escolha do relator. Local: Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa.

17h - Comissão Especial de Reforma do Regimento Interno

Pauta: Apreciação e votação do relatório sobre as emendas apresentadas em plenário ao Projeto de Resolução nº 66/95. Local: Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa.

17h - CPI da Mineração

Pauta: Depoimento do diretor da Leasecorp, Gilberto Duarte Prado. Local: Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa.

17h - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pauta: Apreciação de créditos adicionais. Local: Plenário 09 - Anexo II - Câmara dos Deputados.

18h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.159/95, que altera dispositivos da Lei nº 4.024/61, e dá outras providências.

Pauta: Instalação, eleição do presidente, do vice-presidente e escolha do relator. Local: Sala 06 - Ala Senador Nilo Coelho.

19h - Comissão de Assuntos Econômicos (extraordinária)

Pauta: Exposição do ministro das Minas e Energia, Raimundo Brito, sobre as relações entre o Sipam e ações de recursos minerais e energia, objetivando a instrução da tramitação da Mensagem nº 284/95, relativa ao Projeto Sivam. Local: Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa.

Comissões promovem debates com três ministros

Agenda de trabalho prevê também a apreciação de projetos, instalação de comissões destinadas a apreciar medidas provisórias e discussão da reforma do regimento interno

Semana de atividade intensa nas comissões do Senado: três ministros estarão debatendo temas da atualidade com os parlamentares e oito comissões mistas serão instaladas para apreciar medidas provisórias. A agenda das reuniões ordinárias também prevê a apreciação de inúmeros projetos.

Os ministros da Justiça e de Minas e Energia estarão em comissões do Senado hoje. Nelson Jobim faz exposição na comissão especial destinada a estudar a reforma político-partidária, presidida pelo senador Humberto

Lucena (PMDB-PB), enquanto Raimundo Brito debate na Comissão de Assuntos Econômicos as relações entre o Sipam (Sistema de Proteção da Amazônia) e as ações relativas a recursos minerais e energia na região Norte.

Na quinta-feira, o ministro da Educação, Paulo Renato Souza, participa de audiência pública na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, presidida pelo senador José Agripino (PFL-RN), para debater a questão das obras inacabadas na sua área de atuação.

Diversas comissões mistas destinadas a apreciar medidas

provisórias serão instaladas hoje. Sob a presidência do senador Gilberto Miranda (PMDB-AM), a Comissão de Assuntos Econômicos realiza uma reunião ordinária hoje, com um total de 13 itens na pauta de deliberações.

A agenda das comissões para hoje prevê, ainda, reunião da comissão especial destinada a elaborar e apresentar projeto de resolução reformando o regimento interno do Senado, bem como a audiência de Gilberto Duarte Prado, diretor da Leasecorp, pela CPI da Mineração.



Waldeck Ornelas

Waldeck quer estatal sem privilégio

Por discordar da impossibilidade de se decretar falência de estatal, o que considera um atentado contra a doutrina do Direito Comercial, o senador Waldeck Ornelas (PFL-BA) anunciou estar encaminhando à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) projeto dispoondo sobre a extinção desse privilégio.

- Isso tem uma implicação muito grave. As estatais não vão à falência porque o controlador, que no caso é o poder público, seja a União, o estado ou o município, cobre os prejuízos - afirmou.

Waldeck argumentou ter chegado a hora de as estatais serem geridas com critério de eficiência empresarial. Nos casos em que a União, estado ou município subsidiar tarifas públicas, segundo o senador, não poderá de modo algum transferir para a empresa os custos de tais prejuízos.

Tais subsídios, acrescentou, deverão ser necessariamente cobertos por dotações específicas de orçamento fiscal. Com essa medida, o senador acredita que haveria transparência na questão dos subsídios, acabando com a "relação promíscua" entre o poder público controlador e suas estatais.

Alcântara prega reforma que fortaleça poderes

A necessidade de uma reforma política capaz de fortalecer e dar maior equilíbrio aos três poderes da República foi defendida ontem pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE).

Alcântara censurou a subordinação da aprovação de matérias legislativas a pleitos de políticos e explicou que as decisões legislativas não podem ficar sujeitas à satisfação de interesses particulares.

O senador considerou danoso para a imagem do Parlamento que o Legislativo seja visto como uma Casa homologadora das iniciativas do Executivo, lembrando que qualquer decisão aprovada no Congresso afeta significativamente a sociedade brasileira.

Condenou também iniciativas governamentais como a de tentar reter parlamentares em Brasília mediante o oferecimento de churrasco, ironizando que essa não pode ser a visão moderna do prato de lentilhas.

Lúcio Alcântara afirmou que, no Brasil, o relacionamento entre os poderes melhoraria se houvesse entre o Executivo e o Legislativo maior compreensão das prerrogativas de cada um.

Lobão defende obrigações para os concessionários de rodovias

As concessões de rodovias à iniciativa privada deveriam ser acompanhadas da obrigação de atendimento às de menor movimento, localizadas principalmente no Nordeste, defendeu ontem o senador Edison Lobão (PFL-MA). Ele fez questão também de registrar sua discordância com o diretor-geral do DNER (Departamento Nacional de Estradas de Rodagem), Tarcsio Delgado, que opinou contrariamente à política de concessões e defendeu a criação de um tributo de R\$ 0,3 por litro de combustível para a constituição de um fundo rodoviário.

O senador baseou-se em dados do próprio diretor do DNER para destacar que a situação das estradas federais é alarmante: apenas 28% delas podem ser consideradas em boas condições, sendo que 54% são regulares e 18% encontram-se em mau ou péssimo estado. No total, as rodovias federais representam um patrimônio avaliado em R\$ 150 bilhões que, segundo Lobão, precisa ser recuperado e mantido para não comprometer o desenvolvimento econômico.

■ *Leia mais sobre o tema na página 4.*

Arruda destaca homenagem a senadores em encontro de cultura

O I Encontro Nacional de Cultura, aberto em Brasília no último fim de semana, foi destacado em plenário pelo senador José Roberto Arruda (PSDB-DF). Ele lembrou que dois senadores foram homenage-



Arruda

dos durante o encontro - o presidente do Senado, José Sarney, criador da "Lei Sarney" de incentivo à cultura, e o senador Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), pelo apoio que deu ao setor em seu estado.

Senadores se unem para defender o Nordeste

A renovação dos órgãos regionais e a criação de uma corporação financeira para captar recursos são bandeiras defendidas pelas bancadas da região, segundo Beni Veras

Jucá pede isonomia para policiais

O senador Romero Jucá (PFL-RR) pediu ontem ao governo a revisão do anteprojeto que trata da organização das carreiras das polícias civis mantidas pela União, que são a Polícia Federal, a Polícia Civil do Distrito Federal, a Polícia Rodoviária Federal e as polícias civis dos ex-territórios federais.

Segundo Jucá, a proposta, que está prestes a ser encaminhada ao Congresso, prejudica os funcionários de Roraima e Amapá, por não atender a finalidade de isonomia salarial entre a categoria, "mantendo as disparidades".

Já encaminhei expedientes aos ministros da Justiça, da Administração e ao Chefe da Casa Civil da Presidência da República, onde tramita o malfadado anteprojeto, na tentativa de sensibilizá-los em relação às distorções salariais - informou o senador.

Romero Jucá alertou que a "situação de penúria" daqueles funcionários será agravada se for mantida no texto da proposta a revogação da Lei nº 7.548/86, que concedeu aos policiais civis dos ex-territórios salários idênticos aos da Polícia Federal.

"As políticas nacionais em favor do Nordeste estão envelhecidas e perdendo sua eficácia", segundo argumentou o senador Beni Veras (PSDB-CE) ao anunciar a união dos senadores da região na busca de nova abordagem para a solução dos problemas nordestinos.

- Precisamos de políticas nacionais que levem o Nordeste a se desenvolver como é necessário



Beni Veras

para superar esses desníveis tão grandes entre a região e o resto do País. O assunto tem sido conversado com os demais senadores da região e em breve chegará ao presidente da República - disse Beni Veras.

O senador adianta que as propostas básicas são a renovação dos órgãos regionais e a criação de uma corporação financeira que possa somar recursos públicos, privados e internacionais. Com isso, Beni Veras espe-

ra ver alavancados os grandes projetos regionais e garantidos financiamentos da infra-estrutura hoje extremamente carente de investimentos.

Esclarece Beni Veras que a nova instituição não viria esvaziar o Banco do Nordeste, por ser este uma instituição oficial, presa ao governo, enquanto a nova corporação seria controlada possivelmente por capital privado, ficando livre para somar recursos nacionais e internacionais, particulares e públicos, e aplicá-los dentro da nova estratégia de desenvolvimento regional.

ACM critica insensibilidade do governo em relação às estradas baianas

A proposta de orçamento para 1996 prevê para pavimentação de rodovias na Bahia investimentos de apenas R\$ 8 milhões dos R\$ 127 milhões iniciais, deixando o estado no oitavo lugar na ordem dos investimentos. A análise foi feita pelo senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) ao acusar o governo federal de sempre ter discriminado a Bahia no setor de transportes.

- A malha rodoviária federal pavimentada no território

baiano é muito pequena (4.910 km), principalmente quando comparada com outros estados. Numa relação área territorial versus estrada federal pavimentada, a Bahia ocupa modestíssimo 16º lugar, à frente apenas de estados do Norte e do Centro-Oeste. Isso é ainda mais grave se considerarmos a posição geográfica estratégica da Bahia, passagem obrigatória de todo o fluxo de transporte entre o Centro-Sul e o Nordeste - revelou Antonio

Carlos Magalhães.

Em aparte, o senador Edilson Lobão (PFL-MA) alertou para a necessidade de se realizar a manutenção das estradas federais. Segundo ele, as estradas federais somam 56 mil quilômetros e, a cada ano, é preciso fazer manutenção em 6 mil quilômetros (10% do total), mas o DNER não dispõe de recursos suficientes e não consegue fazer a manutenção nem em mil quilômetros por ano.

João França anuncia filiação ao PMDB

O senador João França (RR) encaminhou ontem requerimento à Mesa do Senado comunicando que está se filiando ao PMDB. O senador pertencia ao PP, que se

fundiu com o PPR para formar o Partido Progressista Brasileiro (PPB). João França, no entanto, não se filiou ao novo partido, optando pelo PMDB.



João França

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho

2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares

2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias

4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ José Eduardo Dutra ■ Luiz Alberto de Oliveira ■ Ney Suassuna

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal

Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de

Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade ■ Editores - Djalba Lima e Edson de Almeida

Diagramação - Alcemar Coelho e Wesley Carvalho ■ Fotos - Célio Azevedo e Márcia Kalume ■ Revisão - Maria das Graças Aureliano ■ Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.